

Notas Sobre o Desempenho Econômico Paranaense, a Partir da Inserção Internacional Brasileira na Década de 1990.

Notes on Parana State Economic Performance, From Brazilian International Insertion in the 90's.

Jeferson Cararo ¹

Adriana Ribas Adriano Cararo ²

Resumo

Frente ao cenário de avanços e retrocessos emergiram, principalmente, ao longo das últimas duas décadas do século XX, fatos econômicos que delinearão e balizaram os rumos da economia internacional contemporânea. Fatos estes, que são responsáveis pelas crises monetárias, financeiras e cambiais que acabaram por revelar um processo comum subjacente à instabilidade econômico-financeira dos países periféricos, chamados emergentes. É neste cenário de instabilidade econômica e de desconfiança mercadológica que o Brasil efetivamente se insere economicamente no contexto internacional, opção esta, que acabou por transformar o cenário produtivo nacional, e em especial do Estado do Paraná, que acabou por gerar um processo de desenvolvimento interno, pautado especialmente nos resultados do fator competitividade, fator este, responsável pelo crescimento, indução e estruturação econômica do Estado. Logo, o objeto de pesquisa deste estudo, tem a pretensão de investigar os impactos decorrentes no modelo de desenvolvimento econômico paranaense, frente ao processo de inserção internacional da economia brasileira. No que diz respeito aos aspectos metodológicos, este se utilizara do ferramental pertencente ao método analítico. Caracterizando-se em um estudo bibliográfico.

Palavras-chave: Inserção Internacional; Desenvolvimento Econômico; Economia Regional; Economia Paranaense.

Abstract

Against the backdrop of advances and setbacks have emerged, especially over the last two decades of the twentieth century, economic facts that outlined and were used as the direction of contemporary international economy. These facts, which are responsible for monetary, financial and foreign exchange crises which eventually reveal a common process underlying economic and financial instability of the peripheral countries, so-called emerging. It is in this

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, Professor da UEPG, Especialista em Gestão Financeira e Controladoria pela Universidade Estadual do Centro-Oeste Unicentro e Mestre em Integração Latino - Americana pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM/RG, Brasil. Contato: cararo@yahoo.com.br

² Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste Unicentro, Especialização em Formação de Professores em Docência no Ensino Superior pela Universidade Estadual do Centro-Oeste Unicentro, Brasil. Contato: adrianacararo@yahoo.com.br

scenario of economic instability and mistrust that Brazil effectively inserts itself economically in the international context, this option, which eventually transform the national productive scenario, and in particular the State of Paraná, which eventually generates a process of internal development, based especially on the results of competitiveness, this factor, is responsible for growth, induction and economic structuring of the State. So, the object of this research study, claim to investigate the impacts arising from economic development model in Paraná, in front of the international insertion process of the Brazilian economy. With regard to the methodological aspects, the tooling used was in the analytical method. Featuring a bibliographic study

Key Words: International insertion; Economic development; Regional economy; Parana State economy.

1 Introdução:

Abordar aspectos recorrentes ao crescimento e ao desenvolvimento econômico das sociedades contemporâneas significa estabelecer conexões que possibilitam trilhar um caminho em que os aspectos comportamentais humanos sobrepõem-se às questões corporativas dos Estados ainda, que isso seja um elemento de difícil incorporação nas culturas dos países que desfrutam de um sistema capitalista, estabelecido ao longo dos últimos séculos, e, delineado e impregnado na sociedade global, durante o século XX.

Frente a este cenário de avanços e retrocessos socioeconômicos, é que emergiram, principalmente, ao longo das últimas duas décadas do século XX, fatos econômicos que delinearam e balizaram os rumos da economia internacional contemporânea até os dias atuais.

Fatos estes, que são responsáveis pelas crises monetárias, financeiras e cambiais ocorridas, por exemplo, no México (1995), nos países do Sudeste Asiático (1997-98), na Rússia e na Venezuela (1998), no Brasil e Equador (1999), na Argentina (2002), e que acabaram por revelar um processo comum subjacente à instabilidade econômico-financeira dos países periféricos, chamados de “emergentes” (Chesnais, 1998).

Todos esses países efetuaram liberalização de suas contas de capitais e desregulamentaram seus mercados financeiros, ficando submetidos ao despotismo dos mercados financeiros nacionais e internacionais, ou seja, sujeitos a fuga de capitais, a ameaças de colapsos financeiros e de ataques especulativos contra suas moedas. Em todos os episódios citados, a instabilidade cambial iniciou-se com um aumento significativo dos fluxos de capitais, seguido por uma abrupta perda de divisas.

Tal combinação estimulou e contribuiu para o endividamento externo dos agentes domésticos que tomaram decisões de alavancar créditos nas moedas subvalorizadas, com taxas de juros menores.

É neste cenário de instabilidade econômica e de desconfiança mercadológica que o Brasil efetivamente se insere economicamente no contexto internacional. Desta forma, a abertura econômica provocou uma profunda reestruturação industrial no Brasil, trazendo benefícios para os consumidores pela maior disponibilidade de bens e serviços, com melhores preços e tecnologia, embora tenha se dado em condições particulares, sem que os fatores de competitividade sistêmica fossem adaptados, o que provocou um desafio exemplar para os produtores nacionais.

Portanto, frente a estes desdobramentos econômicos, é que se insere o objeto de pesquisa deste estudo, que terá a pretensão de investigar os impactos decorrentes no desempenho econômico paranaense, frente ao processo de inserção internacional da economia brasileira ocorrida, principalmente durante a última década do século XX.

Este estudo está dividido de maneira que, além desta introdução, na seção 2, são apresentadas as considerações referentes ao processo de inserção internacional da economia brasileira, além dos aspectos metodológicos utilizados na execução do referido estudo.

Na seção 3 são apresentados alguns dos desdobramentos referentes ao modelo de desenvolvimento econômico paranaense, decorrentes do processo de abertura econômica brasileira, e, na seção 4, são apontadas as considerações finais pertinentes ao assunto tratado.

2 Fundamentação teórica:

2.1. Abertura econômica brasileira: breves considerações históricas

No início do século XXI, os aspectos internacionais da economia permanecem mais importantes e controversos do que nunca, principalmente, se for considerado que nas últimas três décadas, grandes crises monetárias e financeiras abalaram países em fase de industrialização, do Leste Asiático à América Latina.

Dessa forma, as propostas de integração e de desenvolvimento econômico dos países em processo de desenvolvimento, sobretudo os da América Latina, foram marcadas segundo Ferreira Júnior (2003, p.7), “tanto pela ambição e amplitude dos propósitos, quanto pela modéstia dos resultados”, que ao longo dos anos 1990 constituíram-se como o núcleo das estratégias estatais de desenvolvimento, orientada para a nova inserção internacional no contexto da globalização. Assim, de um modo geral, nos anos 1990, estes países liberalizaram seus mercados em busca de novas oportunidades de comercialização para seus produtos.

No que diz respeito ao Brasil, o processo de liberalização econômica, resultante da política macroeconômica brasileira, especialmente pela política de abertura comercial iniciada no governo José Sarney (1985-91), e a do início dos anos 1990, no governo de Collor de Melo (1990-92), foram marcados, não só por um profundo processo de recessão, instabilidade política, inflação, déficit nas contas nacionais, modéstia de resultados econômicos, mas, também por uma considerável reestruturação produtiva e mercadológica.

Reestruturação esta, que fora designada como uma modernização conservadora, ou melhor, como afirma Rego & Marques (2004, p. 197), “fora resultante de um modelo autoritário de desenvolvimento do capitalismo, surgindo como desdobramento do esgotamento do modelo de substituição de importações”.

Modelo este, permeado ao menos nos seus últimos anos de existência, pelos pressupostos e axiomas do “Consenso de Washington”, provocando aceleração no processo de privatizações de empresas estatais, abertura da economia e desregulamentação dos mercados. Como consequência, segundo Baer (2002), o objetivo de todas essas medidas foi o de aumentar a eficiência da economia, por meio da concorrência estrangeira e a entrada de investimentos estrangeiros diretos (IED), mas, sobretudo tinham o objetivo de conter o descontrole inflacionário observado àquele momento.

Assim, frente a esse padrão de fluxos de capitais voláteis, predominante nos mercados financeiros “globalizados”, ou melhor, desregulamentados, sujeitos às turbulências nos mercados de ativos e de câmbio, é que o governo federal, através de sua política de desenvolvimento inseriu a economia brasileira no cenário internacional. Desta forma, a pretensão era que o desenvolvimento econômico e social nacional deveria ocorrer com a participação do capital estrangeiro e das empresas estatais. No entanto, é observável que este ocorreu e/ou atuou no sentido único de deteriorar o poder de decisão do sobre a demanda interna, desta forma, piorando as condições de bem-estar geral percebíveis à época.

Diante deste cenário contemporâneo, o governo federal optou e julgou que o processo de crescimento econômico da economia brasileira, àquele momento histórico, somente poderia ocorrer aprofundando a associação aos mercados globalizados e desregulamentados, capazes de proceder a uma eficiente e equilibrada alocação de recursos provenientes dos investidores privados, sobretudo dos internacionais.

Logo, este modelo de reestruturação econômica, chamado de “integração competitiva”, fora sustentado por uma taxa de câmbio real e, continha fundamentalmente os seguintes pressupostos: (a) a estabilidade de preços domésticos, que favoreceria o cálculo de longo prazo e estimularia o investimento privado nacional; e, diante das novas oportunidades de negócios, (b) o investimento estrangeiro direto também seria ampliado, conseqüentemente, a “economia apresentaria aumentos expressivos de produtividade, ganhando competitividade nos mercados externos” (Cintra. 1999, p. 8).

Portanto, é possível observar através da tabela 1, a evolução dos investimentos nos principais segmentos da indústria de transformação. Observa-se também, que houve um comportamento relativamente favorável na metalurgia/siderurgia e em bens de consumo (material de transporte e alimentos), e desfavorável na indústria têxtil e nos segmentos de bens intermediários (química e não-metálicos) e de capital (mecânica), ou seja, em toda a extensa cadeia produtiva industrial, quando comparado aos anos 1970.

Tabela 1 – Taxa de investimento fixo na indústria de transformação no Brasil entre 1971 e 1997.

ESPECIFICAÇÃO	% DO PIB		
	1971-1980	1981-1988	1995-1997
Siderurgia/Metalurgia	0,70	0,77	0,75
Material de Transporte	0,42	0,21	0,44
Alimentos	0,52	0,31	0,37
Material Elétrico e Eletrônico	0,21	0,14	0,15
Plásticos	0,10	0,09	0,12
Farmacêutica	0,08	0,02	0,06
Total	2,03	1,54	1,89
Química	0,63	0,53	0,33
Mecânica	0,37	0,21	0,17
Não-Metálicos	0,30	0,18	0,13
Papel e Celulose	0,17	0,13	0,10
Textil	0,29	0,16	0,19
Borracha	0,06	0,03	0,03
Total	1,82	1,24	0,95
Outros	0,66	0,44	0,45
TOTAL GERAL	4,51	3,22	3,29

Fonte: BIELSCHOWSKY (1998, p. 6)

Ao inferir sobre os dados ora apresentados é possível perceber e/ou sugestionar, que os montantes investidos na economia brasileira, no período em questão, acabaram por delinear uma especialização industrial, com as seguintes características:

- I. Redução do valor agregado em todas as cadeias industriais complexas;
- II. Forte ocupação do mercado de bens finais por produtos importados;
- III. Perda de rentabilidade em setores competitivos de grande escala (papel e celulose, siderurgia etc.);
- IV. Eliminação da produção de especialidades na área química, petroquímica, metal-mecânica (autopeças e bens de capital) e eletroeletrônica.

Assim, em se considerar como verdadeiras estas características, é possível perceber evidências de “encolhimento” ou de “retração” dessas cadeias produtivas, que por sua vez, acabam por significar que houve uma redução do valor agregado para um mesmo valor bruto da produção, o que, na prática, representa a “eliminação de pontos de geração de renda e de emprego”, conforme preconiza Bielschowsky (1998, p.8).

Logo, essa estratégia possibilitaria a expansão das exportações e restauraria o desequilíbrio comercial, considerado como “temporário”. Na verdade, o déficit externo inicial seria um fator de renovação da economia, financiável pelo capital externo. Por sua vez, a rigidez cambial e as taxas de juros elevadas teriam um impacto fiscal negativo, mas também de natureza transitória.

Todavia, esse processo de abertura comercial, associado a valorização da taxa de câmbio e as altas de juros que prevaleceram desde o início do Plano Real, acabaria por inibir temporariamente o espírito empreendedor dos empresários nacionais e estrangeiros.

Ademais, a combinação entre câmbio valorizado e juros altos afetou de maneira negativa a distribuição setorial do investimento, uma vez que desestimulou a instalação da nova capacidade para a produção de bens transacionáveis.

Mais da metade dos investimentos estrangeiros diretos fora direcionado para indústrias voltadas, sobretudo, para o mercado interno: montadoras de veículos (25,3%), fábricas de eletrodomésticos (12,7%), indústria química e farmacêutica (19,0%), com acentuada importação de equipamentos e componentes, conforme ilustra a tabela 2.

Tabela 2 – Perfil do IED aplicado no Brasil (1993-1999)

ESPECIFICAÇÃO	IED (%)
Multinacionais já instaladas no país	40 a 45
Privatizações	30 a 35
Aquisições de empresas privadas no Brasil	15 a 20
Criação de novas empresas no país	5 a 10

Fonte: LAPLANE e SARTI (1999, p. 10).

Essa transferência de propriedade de ativos nacionais (setor público e privado) aumentou a participação do capital estrangeiro no valor bruto da produção doméstica de 13,5% para 24,6%; no total de vendas do setor industrial de 52,2% para 60,6%; no total das vendas do setor de serviços de 9,1% para 39,0%, entre 1995 e 1999, conforme a tabela 3.

Tabela 3 – Indicadores da participação do capital estrangeiro no Brasil

ESPECIFICAÇÃO	PARTICIPAÇÃO (%)				
	1995	1996	1997	1998	1999
Valor bruto da produção	13,5	15,5	18,3	20,8	24,6
Exportações do agronegócio	20,2	18,8	31,8	30,2	...
Vendas das grandes empresas	33,3	34,1	36,3	43,5	44,7
Vendas do setor industrial	52,2	53,9	55,5	58,5	60,6
Vendas do setor de serviços	9,1	10,2	11,4	38,2	39,0

Fonte: Gonçalves (1999).

Enfim, o ciclo de investimento estrangeiro direto elevou a propensão a importar e reduziu a propensão a exportar da economia.

Dessa forma, o crescimento industrial passou a responder pela intensificação dos desequilíbrios comerciais, e a “confiança” dos agentes econômicos na capacidade do parque produtivo brasileiro em gerar os excedentes cambiais necessários à cobertura do déficit nas transações correntes foi sendo minada.

Desse modo, é pertinente a consideração de que o papel do país e do governo na dinâmica internacional daquele momento ficou restrito ao de exportador de produtos industriais tradicionais e de importador de produtos e serviços de alta tecnologia.

Assim, tornou-se perceptível a redução da capacidade de direcionar o crescimento autônomo que derivaria do investimento industrial nos novos setores dinâmicos. Ademais, o país passou a subordinar-se as políticas econômicas, e as metas de crescimento as flutuações dos mercados de capitais globalizados, que passavam abruptamente da euforia a depressão.

3 Procedimentos Metodológicos:

Para analisar o processo de internacionalização brasileiro ocorrido, principalmente durante a última década do século XX, e seu impacto sobre o modelo de desenvolvimento econômico paranaense contemporâneo, foram analisados e revisados os resultados econômicos decorrentes daquele processo de abertura econômica, especialmente, os que

foram considerados mais pertinentes e influentes, no desempenho econômico do Estado do Paraná.

Conforme Haddad *et al.* (1989), esta medida é útil para obter o conhecimento dos padrões de crescimento econômico da região, sendo importantes para a verificação da posição dos ramos de atividades do Estado do Paraná em relação ao processo nacional de inserção internacional.

Diante das considerações expostas, bem como, com a finalidade de auxiliar na elaboração deste estudo, utilizou-se como metodologia de pesquisa, os métodos analítico e da complexidade, uma vez que as características individuais destes, quando aplicadas sob a perspectiva da diversidade, implicam necessariamente em dar conta da complexidade real.

Quanto às técnicas de pesquisa, foram utilizadas neste estudo as técnicas de documentação indireta (pesquisa documental e bibliográfica), bem como de dados oficiais disponibilizados na rede mundial de computadores (internet).

Portanto, trata-se uma Revisão Teórica, pautada em análises Bibliográficas, constituídas a partir do ferramental metodológico pertinente.

4 Resultados e Discussão:

4.1. O modelo de desenvolvimento econômico paranaense

Embora a economia paranaense venha apresentando taxas de crescimento elevadas em relação ao conjunto do país, pode-se inferir que ela ainda encontra-se num estado de relativa indefinição sobre o seu processo de desenvolvimento econômico, especialmente aquele de caráter sustentável, uma vez que suas perspectivas de curto, médio e longo prazos, nos sugerem que ainda não estão delineadas e sequer consolidadas, em relação a este processo.

Portanto, objetivando a clareza desta inferência, pretender-se-á recuperar alguns fatos históricos relativos à sua trajetória recente, especialmente aquelas decorrentes do processo de inserção internacional da economia brasileira, observados a partir da década de 1990.

Ao se recuperar e investigar os fatos políticos e econômicos observados ao início daquela década de 1990 infere-se que o processo de liberalização e de inserção econômica paranaense no cenário internacional pode ser verificado inicialmente, através do ato da assinatura do Tratado de Assunção em 1991. Tratado este, que implantou o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

Portanto, até a segunda metade daquela década, a indústria paranaense, em especial a agroindústria, apoiava-se no bom desempenho da agropecuária, ampliando-se quantitativamente e consolidando-se qualitativamente.

Sua pauta de produção se diversificava, criando novos produtos e as plantas agroindústrias concentravam-se e se verticalizavam, com isso, um conjunto sólido destes segmentos estavam voltados tanto para o mercado interno como para o externo, entre eles: o café solúvel, óleos vegetais, laticínios, fiação, suco de laranja e carnes. Por sua vez, segmentos ligados à indústria de metal-mecânica também avançavam, entre eles: “material elétrico e de comunicações, mecânica leve, máquinas agrícolas e material de transportes, bem como a indústria química de papel e papelão”, segundo Piacenti; Lima & Piffer (2001, p. 39).

Naquele contexto, ampliavam-se as relações comerciais internacionais do Paraná, em relação aos demais Estados brasileiros. As exportações paranaenses de produtos não manufaturados ganhavam nítida importância frente às de produtos primários, tanto que segundo Piacenti; Lima & Piffer (2001, p. 40), “as empresas ligadas a estes segmentos se destacavam”.

Tabela 4 – Participação das principais empresas nas exportações paranaenses ao MERCOSUL no ano de 1996

Empresa	US\$ FOB (mil)	Participação (%)	Acumulado (%)
New Holland	43.224	9,57	9,57
Petrobrás	37.823	8,37	17,94
Klabin	36.510	8,08	26,02
Philip Moris	21.578	4,78	30,80
Volvo	20.858	4,62	35,42
Bosch	14.524	3,22	38,64
Compass	11.904	2,64	41,28
Impacel	10.305	2,28	43,56
Equitel	8.452	1,87	45,43
Total de Exportações	205.178	-	-

Fonte: Wosch (1997) in Piacenti; Lima & Piffer (2001, p. 40). Alterada pelo autor.

Ao analisar a tabela 4 acima, pode-se inferir que as participações das principais empresas paranaenses exportadoras para o MERCOSUL no ano de 1996, nove delas respondiam por 45% do total das transações.

Desta forma, é possível perceber também que, a indústria metal-mecânica paranaense estava avançando e criava uma inter-relação sólida com as demais indústrias daquele setor, principalmente as fornecedoras de insumos, matérias-primas e de logística.

No que diz respeito ao segmento agroindustrial, ainda era possível observar que este continuava refém dos seus próprios limites tecnológicos e logísticos, apesar dos avanços representativos e significativos, observados desde os anos de 1970.

Portanto, frente a estes reflexos econômicos, fato foi que o Estado do Paraná até o ano de 1996, segundo ano da efetiva implantação deste Bloco, ampliou suas exportações consideravelmente para os países membros do MERCOSUL, atingindo desde então, uma relativa estabilidade econômica capaz de impulsionar e alavancar o processo de desenvolvimento econômico paranaense.

Contudo, embora, a indústria paranaense tenha se diversificado, ainda era possível observar uma grande concentração de atividades em poucos ramos e/ou segmentos econômicos, conforme a exposição da tabela 4.

Embora a economia paranaense tenha apresentado taxas de crescimento elevadas em relação ao conjunto das demais unidades da federação, pode-se dizer que ela, àquele tempo, vivenciou um momento de indefinições, uma vez que suas perspectivas não estavam muito claras, naquele curto prazo.

Argumento este, que se fundamenta no fato de que, até a segunda metade da década de 1990, a indústria paranaense, apoiava-se no bom desempenho, principalmente, dos setores industriais metal mecânico e agropecuário, criando desta maneira, ainda que precariamente, a possibilidade de ampliação quantitativa e qualitativa de seu processo de desenvolvimento econômico.

Como consequência deste cenário, a economia paranaense passou a proporcionar os alicerces para a diversificação e expansão de sua pauta de produção. Pauta esta, representativa dos mais variados segmentos econômicos e cadeias produtivas constitutivas da economia paranaense.

A tabela 5 evidencia o desempenho paranaense e brasileiro, referente aos resultados consolidados da Balança Comercial destes atores econômicos.

Dado o cenário apresentado, é observável que o desempenho paranaense frente ao desempenho nacional é favorável. Desta forma, evidencia e convalida o bom momento experimentado pela economia paranaense, principalmente quando comparada ao desempenho agregado nacional.

Este bom momento é constatável, com exceção do ano/período de 2000, em todos os anos/períodos desta série histórica. Mas, mesmo naquele ano/período de 2000, o desempenho da Balança Comercial paranaense seguiu uma tendência nacional, em que as importações superaram as exportações. No entanto, esse resultado deficitário não significa necessariamente um mau momento da economia paranaense, uma vez que, um déficit na Balança Comercial pode ser resultante de externalidades positivas.

Por essas razões, nota-se que o desempenho econômico paranaense verificado e resultante do processo de inserção internacional da economia brasileira, teoricamente estimulou e desenvolveu o diferencial competitivo dos complexos econômicos instalados no Estado.

Assim, é pertinente a constatação que este momento histórico da trajetória da economia paranaense, além de evidenciar as externalidades positivas e negativas, decorrentes da permeabilidade de conquistas e retrocessos políticos e econômicos, acabou por alicerçar o processo de modernização e de competitividade econômica paranaense.

Cenário este, que é resultante do desempenho econômico internacional e nacional daquele período, e, que acabou por exacerbar fatores ideológicos e de competitividade, que sua vez delinearão e alicerçaram os caminhos para o desenvolvimento e crescimento da economia paranaense.

Alicerces estes, que se sugerem ser plenamente capazes de alavancar, sustentar e retroalimentar os anseios desta unidade da federação, principalmente frente aos desafios postos deste período histórico, e, assim fomentar efetivamente um processo contínuo e perene de desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná.

TABELA 6 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2012

ANO	Paraná (US\$ Mil FOB)			Brasil (US\$ Mil FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3.506.749	1.589.440	1.917.309	43.545.167	33.052.686	10.492.481
1995	3.567.346	2.390.291	1.177.055	46.506.281	49.971.895	-3.465.614
1996	4.245.905	2.434.373	1.811.532	47.746.726	53.345.767	-5.599.041
1997	4.853.587	3.306.968	1.546.619	52.990.115	59.747.227	-6.757.112
1998	4.227.995	4.057.589	170.406	51.139.862	57.763.476	-6.623.614
1999	3.932.564	3.699.957	232.607	48.011.444	49.294.639	-1.283.195
2000	4.392.091	4.685.381	-293.290	55.085.595	55.838.590	-752.995
2001	5.317.509	4.929.457	388.052	58.222.642	55.572.176	2.650.466
2002	5.700.199	3.333.814	2.366.385	60.361.786	47.236.752	13.125.034
2003	7.153.235	3.486.013	3.667.222	73.084.140	48.304.598	24.779.542
2004	9.396.534	4.026.197	5.370.337	96.475.244	62.813.151	33.662.093
2005	10.022.669	4.527.172	5.495.497	118.308.387	73.597.900	44.710.487
2006	10.001.941	5.977.953	4.023.988	137.469.700	91.383.878	46.085.822
2007	12.352.857	9.017.988	3.334.869	160.649.073	120.617.446	40.031.627
2008	15.225.737	14.570.222	655.515	197.942.443	172.984.768	24.957.675
2009	11.222.827	9.620.843	1.601.984	152.994.743	127.722.343	25.272.400
2010	14.176.010	13.956.957	219.054	201.915.285	181.760.737	20.154.548
2011 (1)	17.394.228	18.767.165	-1.372.936	256.039.575	226.240.411	29.799.164
2012 (1)	10.336.664	11.052.488	-715.824	138.216.927	128.272.792	9.944.135

FONTE: IPARDES, MDIC/SECEX.

(1) Dados preliminares.

No entanto, é pertinente ressaltar a necessidade da criação e da manutenção de bases estruturais que proporcionem a reunião de elementos necessários ao desenvolvimento tecnológico, estrutural, político e social, voltados aos anseios de um processo de desenvolvimento econômico sustentável.

Logo, ao se considerar os axiomas pertinentes a este processo, especialmente aqueles, expostos e sugeridos nas mais diversas literaturas econômicas especializadas neste tema, é válida a constatação e recomendação da necessidade do poder público nacional e estadual, priorizar reformas estruturais, não viesadas e isentas de quaisquer fatores alheios aos interesses públicos, que reduzam os custos, sobretudo aqueles decorrentes da incidência das cargas tributárias. Custos estes, incidentes ao longo de todas as cadeias produtivas, e que são constitutivos do chamado “Custo Brasil”.

5 Considerações Finais:

Ao analisar o processo de inserção internacional da economia brasileira, ocorrido principalmente a partir da década de 1990, sobretudo sua política de abertura comercial, através de uma postura crítica e apartidária, é constatável que este modelo foi seguido por um intenso movimento de desregularização dos mercados financeiros, incorrendo em um processo de liberalização cambial. Processo este, que foi acompanhado de um rápido crescimento do passivo externo da economia e de resultados poucos eficientes.

Como resultado deste processo, o ciclo de endividamento externo nacional, associado à expansão do crédito internacional verificado nos anos 1990, gerou um processo de instabilidade e de incerteza mercadológica internamente, ou melhor, este processo acabou por inserir a nação em uma nova etapa de dependência do financiamento externo, aumentando consideravelmente a vulnerabilidade da economia brasileira, delineando o caminho para um choque externo.

Fato este que contribuiu negativamente para a economia nacional, principalmente, quando se considera que o país acabara de livra-se do processo desgastante e reestruturante decorrente da crise da dívida dos anos 1980. Desta maneira, a nação, acabou por implementar e realimentar políticas indesejadas e restritivas de ajustes cambiais, muita destas de cunho ortodoxo, a fim de ajustar e coordenar a política nacional frente aos programas de ajustamento impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Desta forma, ao considera-se, que o impacto decorrente do processo de internacionalização no parque produtivo nacional, no sistema financeiro interno, bem como do aumento das necessidades de recursos externos para fazer frente aos compromissos do balanço de pagamentos, gerou dependência externa sem desenvolvimento interno, acabando por gerar um processo de modernização conservadora, onde o parque produtivo nacional apesar de registrar um crescimento considerável, manteve-se permeável e vulnerável as velhas práticas ortodoxas de postura e estratégia econômica. Fazendo com que a população brasileira, de modo geral, tivesse seu aporte econômico e autárquico reduzido e controlado, principalmente, no que diz respeito, ao seu poder de decisão frente aos axiomas da Lei da Demanda.

Frente a este cenário, o processo de inserção internacional da economia brasileira, apesar de registrar e apoiar-se em práticas econômicas ortodoxas e consoantes aos axiomas do Consenso de Washington, antagonicamente contribuiu positivamente para o crescimento e desenvolvimento econômico do Estado do Paraná, sobretudo ao registrar sinais do esgotamento das práticas subjacentes a política de substituição de importações (PSI). Práticas estas, que acabaram por contribuir para a redução tarifária e da política cambial. Efeitos estes que, contribuíram para o desempenho positivo do setor exportador nacional e paranaense.

Desta forma, a partir da entrada em vigor do Plano Real (1994), verificou-se que os efeitos decorrentes do crescimento da economia mundial, bem como dos resultados da inserção internacional da economia brasileira; estimulou a valorização das principais *commodities* exportadas pelo complexo econômico paranaense. Porém, com a recessão que se instaurou no Brasil, a partir do ano de 1995, aliada ao câmbio sobrevalorizado, consolidou-se uma situação de direcionamento da demanda interna para os produtos estrangeiros, o que teve como consequência a estagnação das exportações nacionais e paranaenses.

Portanto, ao examinar as análises decorrentes da decomposição das fontes de crescimento da economia paranaense neste período, é possível inferir que o fator competitividade foi o grande responsável pelo crescimento, indução e estruturação econômica do Estado. Fato este, que se torna relevante principalmente, quando se considera que neste mesmo período, o crescimento econômico mundial e nacional acabou por registrar um desempenho inexpressivo, com taxas de desempenho pequenas.

6 Referências:

AGARWALA, A.N. e SINGH, P. (1969), *A economia do subdesenvolvimento*, Ed. Forense, São Paulo.

AMARAL FILHO, J. do (1995), *Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias*, *Revista Econômica do Nordeste*, Vol.26, n.3, julho/setembro, Fortaleza.

BAER, W. *A Economia Brasileira*. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Nobel, 2002.

BANDEIRA, L. A. M. *O Eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina*. Brasília: EDUNB, 1987.

BAUMANN, R. (org). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Elsevier: SOBEET, 1996.

BIELSCHOWSKY, R. *Os investimentos fixos na economia brasileira nos anos noventa: apresentação e discussão dos números relevantes*. Rio de Janeiro: CEPAL. Disponível na internet. <http://www.cepal.org>

BOISIER, S. (1988), “Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional”, in HADDAD, P.R.; CARVALHO FERREIRA, C.M. de; BOISIER, S. & ANDRADE, T.A., *Economia Regional (teorias e métodos de análise)*, Banco do Nordeste do Brasil S.A., Fortaleza

CARVALHO, M. A; SILVA, C. R. L. da. *Economia Internacional*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CHESNAIS, F. *A fisionomia das crises no capitalismo mundializado*. Novos Estudos, São Paulo: CEBRAP, n. 52, p. 21-53. 1998.

CINTRA, M. A. M. *Dependência sem desenvolvimento*. Novos Estudos, São Paulo: CEBRAP, n. 53, p. 3-9. 1999(a).

- CINTRA, M. A. M. *Dependência sem desenvolvimento: os limites e contradições da inserção internacional brasileira*. Rev. Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba. n. 97, p. 3-32. 1999(b).
- FERREIRA JÚNIOR, L. P. *Estado, Globalização e Integração regional: políticas exteriores de desenvolvimento e inserção internacional da América Latina no final do século XX*. Rio de Janeiro: América jurídica, 2003.
- GONÇALVES, R. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GONÇALVES, R. *O Brasil e o Comércio Internacional: transformações e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2000.
- GREMAUD, A. P; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JR., R. *Economia Brasileira Contemporânea*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GRIECO, F. A. *O Brasil e o Comércio Internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 1994.
- ILHA, A. S; RUBIN, L. da S; BARCELLOS, O. *As Políticas Comerciais do Brasil e seus Reflexos no Comércio com a Argentina*. In: Revista de Políticas de Integração Latino-americana. Santa Maria, RS: REPPIL@, 2003. v.1, n. 1, p. 31-46.
- KRUGMAN, P. R. & OBSTFELD, M. *Economia Internacional: teoria e política*. 6ª ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.
- LAMOUNIER, B; FIGUEIREDO, R. (org). *A era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura, 2002.
- LAPLANE, M. F; SARTI, F. *Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90*. texto para discussão, n. 629. Brasília, D.F.: IPEA, 1999.
- LIMA, J. F; PIACENTI, C. A. (org). *O Prata e as Controvérsias da Integração Sul-Americana*. Cascavel: UNIOESTE, 2001.
- MOREIRA, M. M; CORREA, P. G. *Abertura Comercial e Indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo*. In: BNDES, 1996. Textos para discussão, n. 49.
- REGO, J. M; MARQUES, R. M. (org.). *Economia Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- RICHARDSON, H.W. (1969), *Economia Regional (Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional)*, ZAHAR EDITORES, Rio de Janeiro.
- SCHUMPETER, J. (1982), *Teoria do desenvolvimento econômico*, Ed. Abril Cultural, São Paulo.